

A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS SEM TERRINHA NA LUTA PELA TERRA E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

LA PARTICIPACIÓN DA NIÑES SIN TIERRITA EN LA LUCHA POR LA TIERRA Y LA REFORMA AGRÁRIA EN BRASIL

THE PARTICIPATION OF THE "SEM TERRINHA" CHILDREN IN THE STRUGGLE FOR LAND AND AGRARIAN REFORM IN BRAZIL

DOI: 10.22481/rbba.v12i01.12592

Márcia Mara Ramos
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST-Brasil
ORCID <https://orcid.org/0000-0001-6698-0169>
ID Lattes <http://lattes.cnpq.br/3995871487712775>
Endereço eletrônico: marciapterra@gmail.com

RESUMO

Este artigo resulta das experiências educativas com as crianças Sem Terrinha do MST e tem como objetivo socializar o processo de construção da concepção de infância na luta pela terra no Brasil, vinculada ao projeto de Reforma Agrária Popular. Esse processo se fortalece na luta da agricultura camponesa e familiar, em que as crianças também constroem o seu lugar de existência e de experiências. Na dureza e luta das crianças da classe trabalhadora que, teimosamente, gritam pelo rompimento das estruturas impostas pelo poder hegemônico, a infância Sem Terrinha se reinventa socialmente para continuar existindo enquanto criança e resistindo com seus familiares na construção coletiva do seu lugar enquanto sujeito da

Publicado sob a Licença Internacional – CC BY-NC-SA 4.0

ISSN 2316-1205	Vit. da Conquista, Bahia, Brasil / Santa Fe, Santa Fe, Argentina	Vol. 12	Num.1	Jun/2023	p. 96-118
----------------	--	---------	-------	----------	-----------

história. Nossas considerações sobre essa experiência evidenciam que o processo educativo da luta pela terra e o projeto de reforma agrária no MST permitem que as crianças do campo reinventem sua infância mesmo em tempos de pandemia, por meio da atenção, dos cuidados e da organização em contexto remoto, garantindo o lugar de participação política das crianças no MST.

Palavras-chave: Infância Sem Terrinha. Reforma Agrária. Participação.

RESUMEN

Este artículo es el resultado de experiencias educativas con los niños Sin Tierra del MST y tiene como objetivo socializar el proceso de construcción de la concepción de la infancia en la lucha por la tierra en Brasil, vinculado al proyecto de Reforma Agraria Popular. Este proceso se fortalece en la lucha de la agricultura campesina y familiar, en la que los niños también construyen su lugar de existencia y de vivencias. En la penuria y la lucha de los niños de clase trabajadora, que claman obstinadamente por romper las estructuras impuestas por el poder hegemónico, la infancia de Sem Terrinha se reinventa socialmente para seguir existiendo como niño y resistiendo con sus familiares en la construcción colectiva de la vida. su lugar como sujeto de la historia. Nuestras consideraciones sobre esta experiencia muestran que el proceso educativo de lucha por la tierra y el proyecto de reforma agraria en el MST permiten a los niños y niñas rurales reinventar su infancia aún en tiempos de pandemia, a través de la atención, cuidado y organización en un contexto remoto, garantizando el lugar. de la participación política de los niños en el MST.

Palabras clave: Infancia Sin Tierrita. Reforma Agraria. Participación.

ABSTRACT

This article is the result of educational experiences with the Landless children of the MST and aims to socialize the construction process of the conception of childhood in the struggle for land in Brazil, linked to the Popular Agrarian Reform project. This process is strengthened in the struggle of peasant and family agriculture, in which children also build their place of existence and experiences. In the hardship and struggle of working-class children, who stubbornly cry out for the disruption of the structures imposed by the hegemonic power, Sem Terrinha childhood

reinvents itself socially to continue existing as a child and resisting with its family members in the collective construction of its place as a subject of history. Our considerations about this experience show that the educational process of the struggle for land and the agrarian reform project in the MST allow rural children to reinvent their childhood even in times of pandemic, through attention, care and organization in a remote context, guaranteeing the place of political participation of children in the MST.

Keywords – Land less Childhood. Agrarian Reform. Participation.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*“Quando eu crescer
eu quero ser doutor
e plantar feijão de corda...”*
Cauã, 7 anos

Com as palavras de Cauã, início nossa reflexão sobre o lugar da criança inserida ou não nos processos organizativos do projeto de país. Cauã se reconhece como criança em sua fala *“Quando eu crescer eu quero ser doutor e plantar feijão de corda...”* e projeta o seu desejo de futuro e de esperança para as crianças camponesas. Com o direito de ser criança, de estudar e seguir vivendo no campo, plantando alimentos relacionado a sua cultura regional e territorial. A relação do conhecimento científico com a vida real está explícita na afirmação de uma criança que vive no acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na Região nordeste do Brasil, que juntamente com a sua família, faz a luta pela terra no Brasil. Assim como Cauã, milhares de crianças do campo e da cidade vivem em ocupações de terras vinculadas às organizações que colocam em questão a concentração fundiária no Brasil, bem como em toda América Latina. Na realidade da infância da classe trabalhadora, em muitos casos, esses espaços de lutas e ocupações, são de certa forma, as únicas possibilidades e lugares de acolhimento encontrado por mulheres e crianças de “los de abajo”.

Como afirma Carol Proner (2023), no artigo “Ocupação não é invasão”ⁱⁱ, chamando atenção da sociedade brasileira para o sentido e compreensão do direito à terra para as crianças, mulheres e homens, definido na Constituição Federal de 1988, a definição do conceito do uso

social da terra, reconhece como legítimo o direito dos povos do campo em ocupar as terras improdutivas e produzir alimentos para o povo brasileiro. Com a concentração fundiária, a população do campo e da cidade é excluída de direitos básicos e com as ocupações o MST mobiliza a sociedade, colocando em questão o debate da função social da terra no Brasil. Essas representações sociais, são demarcadas nas lutas sociais populares com ocupações rurais e urbanas e em muitos casos, são tratadas pelos órgãos responsáveis, como ilegais, dando o direito de proteção para os donos da propriedade privada.

No caso do Brasil, as crianças do campo, convivem com a realidade de conflitualidade, violência produzida pelo latifúndio-agronegócio e Estado. As forças do “arcaico” e do “moderno” seguem utilizando as práticas coloniais de atear fogo em acampamentos do MST, nos territórios indígenas, quilombolas, bem como de fazer pulverização aérea de agrotóxicos em cima das comunidades rurais. Comunidades essas, que representam ameaça para a propriedade privada e o projeto capitalista. Além dos assassinatos de lideranças das organizações sociais e sindicais, religiosos, pesquisadores entre outros.

É fato que a história das crianças e suas infâncias das classes populares vem sendo tecida em meio a muitas pandemias de violências como as guerras, os abusos, a exploração do trabalho infantil, os despejos violentos nas ocupações de terras, da falta de amor, de cultura, da saúde e educação, do direito ao acesso às políticas públicas – da fome! As crianças da classe trabalhadora vivem na margem do pensamento social, invisibilizados nas ações, nos direitos sociais, assim como também na política.

A América Latina, região mais desigual do planeta, também é a região com mais movimentos sociais populares organizados, com fortes ações e luta subversivas para sobreviver à pobreza e às desigualdades produzidas pelo projeto capitalista. Na definição de Zibechi (2020), caracterizando os movimentos sociais como “los de abajo” a população indígena, negra, mestiça, camponesa e setores populares urbanos, excluídos do modelo hegemônico, resistem criando “espaços-refúgio”, territórios autocontrolados, na luta por autonomia, defendidos por essas comunidades (ZIBECHI. 2020, p. 65-67). Na esteira de Zibechi, precisamos, então, pensar as crianças e a infância de “los de abajo” da América Latina, o significado de ser criança e ter infância em contextos marcados por conflitualidades e a imposição de uma “civilização” numa distopia do “desenvolvimento econômico”

É importante destacar que a América Latina é demarcada por um processo histórico de genocídios, massacres, invasões e ditaduras nos territórios dos povos originários, além dos

conflitos sociais ocasionados pelas práticas de violência e exploração dos invasores europeus, a fim de consolidar as colonizações na região e transformando a América Latina em território de tortura, exploração e repressão, produzindo uma das regiões mais desiguais do mundo na atualidade.

A violência e imposição são presentes na atualidade, que para Tavares dos Santos (2002), demonstram ser efeitos dos processos de globalização que produzem transformações na estrutura e no espaço, gerando “conflitos sociais e novas formas de conflitualidade”. Ele destaca três tipos de violência predominantes na conflitualidade social na América Latina. O primeiro tipo é a produção da violência estrutural, que tem um vínculo com a “concentração da propriedade da terra; da corrupção; da concentração de renda e da produção da desigualdade social. O segundo é a violência criminal urbana, produzida pelo crime organizado no comércio ilegal de armas, no tráfico de drogas, que difunde o uso de armas de fogo e faz com que se considere essa uma “violência de pobres contra pobres”, pois são eles os que acabam morrendo na linha de frente dessas ações. O terceiro tipo remete aos conflitos sociais agrários, uma “violência política” contra os agentes das lutas sociais pela posse, concessão de uso ou propriedade da terra. Sendo também uma violência estrutural e que tem sua expressividade na exploração e precarização das relações de trabalho rural (SANTOS, 2002, p. 18-19).

Considerando o processo histórico e realidade da região, milhões de crianças nascem destinadas à miséria na América Latina o que requer posição ética, política e coragem para denunciar o caráter desigual da região e do discurso da “infantilização da pobreza”, mais do que descrever as realidades das infâncias, é preciso transformá-las. Considerando a trajetória de lutas pela independência e libertárias numa construção emancipatórias dessa região, certamente o limite para efetivação da participação da criança está atrelado às condições estruturais e políticas. A “dívida histórica” com relação à infância, situa-se na concentração das riquezas, determinadas pelas condições estruturais e políticas impostas a sua família, limitando também a participação da criança e sua infância na sociedade (REDONDO, 2015, p. 15).

As crianças da classe trabalhadora, historicamente, são as mais afetadas pelas desigualdades sociais advindas da formação social capitalista. As políticas neoliberais nunca tiveram como horizonte resolver as desigualdades, pelo contrário, têm como centralidade a garantia do crescimento econômico, independente, ou mesmo em detrimento, das questões sociais. O que interessa para o projeto capitalista é continuar explorando o máximo da força de trabalho, dos bens da natureza e outros, de onde provém a riqueza.

Pensar o lugar das crianças e suas infâncias nos movimentos sociais populares e sindicais, nos requer pensar o lugar direcionado para a infância da classe trabalhadora no projeto do capital. Vale lembrar as ações e mobilizações infantis desde o Chile, Argentina, Brasil, México, Bolívia entre outros países... que vem indicando caminhos e horizontes para uma contribuição social na construção do pensamento crítico, decolonial latino-americano, sobre as crianças das classes populares e a concepção de infância vinculada às experiências alternativas construída com as crianças.

Assim como Cauã se reconhece como criança, sonha e projeta o seu futuro desde a luta em uma ocupação de terra, a necessária efetivação do projeto de reforma agrária no Brasil é a possibilidade de uma vida digna para milhares de crianças, mulheres e homens do campo e da cidade poderem produzir não só alimentos saudáveis, mas mais humanidades!

Com o compromisso de refletir sobre a educação política para e da infância da classe trabalhadora e o projeto educativo para a infância do MST, a construção desse artigo tem como referência meu processo de atuação como educadora popular e militante do MST com as crianças Sem Terrinha; nos estudos e formação que, ao longo da minha trajetória, permitiram um aprofundamento da práxis educativa no MST. Portanto, esse trabalho, objetiva socializar reflexões sobre a prática educativa com as crianças Sem Terrinha e sua participação na construção da luta pela terra e reforma agrária no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Brasil. Destacamos três ações para a reflexão do processo: 1) O despejo das famílias do Quilombo Campo Grande no Estado de Minas Gerais em 2020. 2) O diálogo com o Sem Terrinha Ernesto do Assentamento Roseli Nunes do estado do Rio de Janeiro, na participação da formação virtual, do curso Infâncias Inventadas em 2021, do grupo NEFI/UERJ. 3) As mobilizações infantis do MST como uma das principais ações de luta popular desde a infância Sem Terrinha.

O LUGAR DA INFÂNCIA CAMPONESA NA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

Nossas reflexões em relação ao lugar da criança Sem Terra no contexto brasileira, não está separado da realidade das crianças da América Latina. O que diferencia na análise é o projeto em curso, onde as crianças do MST tem a possibilidade de viver e construir sua infância enquanto sujeito de direito, político e histórico e coletivo em um contexto em que a vida humana para existir precisa “aceitar” qualquer tipo de trabalho, ou trabalho nenhum, por qualquer

pedaço de pão, (comida), para seguir produzindo o mundo da miséria, bem como nos alerta Eduardo Galeano, “que o mesmo sistema produtivo que despreza a velhice, teme as crianças (GALEANO, 2015, p. 18).

Na esteira de Walter Benjamin (2012), afirmamos a necessidade de a classe trabalhadora construir o projeto educativo para as crianças, vinculado aos interesses de classes, em contraposição ao projeto burguês, pois as crianças da burguesia são educadas para serem continuadores do projeto dominante. A burguesia possui o seu sistema educacional e educa seus filhos para atender uma demanda econômica e política. Ao mesmo tempo a burguesia também pensa e projeta a educação e a direção da “formação ideológica” para a infância da classe trabalhadora, diante dos seus interesse e demandas. A educação das crianças da classe trabalhadora é pensada para atender o projeto burguês, que exige metas, resultado..., exploração do trabalho infantil entre outros. Alienando a sua condição de classe, para o endividamento, o consumo, o “empreendedorismo”, é um pacote que condiciona a infância da classe trabalhadora para o projeto único de sociedade – a do capital.

Requer pensar, coletivamente, desde as organizações sociais populares, refletir qual é o projeto educativo que vem sendo construído para as crianças, jovens e adultos desde os territórios camponeses?

Sabemos que o conceito de infância desde a sua gestação, tem uma origem na ideologia burguesa, ocidental se caracterizando na relação família, escola, Estado e propriedade privada, produzindo a “ideia de infância” e de um “novo tipo de adulto” (POSTMAN, 2012, p. 65).

É fato que o conceito de infância vai ganhando significações com as práticas educativas de luta das organizações populares, com as ações concretas pautadas desde o direito de ter escola em suas comunidades, da alimentação e uma produção saudável, da construção coletiva do projeto político pedagógico, bem como de uma atuação coletiva em função da organização escolar.

São as lutas sociais populares e as práticas educativas que colocam em questão a ausência das políticas públicas, construindo alternativas coletivamente nos territórios camponeses não só do Brasil, mas em toda América Latina. Para Zibechi (2020, p. 54), essas apropriações vão para além dos movimentos sociais, “trata-se de mudanças fundamentais na forma de entender o mundo e de transmitir saberes, que rompem com as lógicas logocêntricas e estadocêntricas de entender a educação.

Como já mencionado, a pandemia aprofundou as desigualdades na América Latina e Caribe. No caso brasileiro, com a covid 19 em 2020, o descaso com a efetivação de políticas públicas e o negacionismo em relação ao vírus e a compra da vacina, em 2023 o registo é de mais de 700 mil vidas ceifadas. Resultado de uma política neoliberal e de um governo ultraconservador que não teve compromisso com o povo e muito menos com a vida humana. A população brasileira buscou criar mecanismos de sobrevivência, mesmo nas condições de mais vulnerabilidade social, ocasionando em mais pobreza e extrema pobreza, aprofundando-se os problemas sociais, políticos, ambientais e econômicos.

A crise sanitária acelerou a crise capitalista, acirrando as contradições e avanço das tecnologias digitais. O capitalismo da era digital, para garantir maior expropriação contínua da força de trabalho humana, precisa do tempo do humano conectado às redes sociais para controlar suas emoções, sentimentos e estimulando o uso frenético e o acesso de informações por meio de mensagens diretas e rápidas, tirando a centralidade do conhecimento, da história, da criticidade (MANCEBO, 2003, p. 77-78). Com a covid 19, o mundo das tecnologias capitalistas aparece como solução para o isolamento social, acesso ao conhecimento, na região mais desigual do planeta.

São visíveis os impactos que o uso demasiado das redes sociais pode causar na vida humana. Incidem na saúde mental das pessoas, no descrédito a projetos emancipadores, no fortalecimento de ideias ultraconservadoras, na falta de tempo para as relações sociais entre outros. Apesar de ainda não termos a real compreensão de todos esses impactos, percebemos como eles afetam diretamente a formação das crianças. Seria ingênuo pensar que no projeto capitalista as crianças estariam isentas dessa fatura. A única formação que o capitalismo pode oferecer para as crianças das classes populares é o de “controle” de sua subjetividade, objetivando para serem explorados e dependentes da sociedade de classes.

Na afirmação de Michel Desmurtz (2021, p. 14-274), “está fora de questão rejeitar o mundo digital”, não se trata de ser a favor ou contra as tecnologias, elas são importantes, desde que não se tornem um vício e nem dominantes. O “mundo atual nos promete cada vez mais um espectro distópico do admirável mundo novo” digital. Devemos nos perguntar: “que tipo de sociedade queremos fundar? Queremos uma sociedade que estejam a serviço da humanidade, não para desestabilizar as relações humanas, risco que se apresenta quando os contatos entre os familiares, os amigos, a discussão política, a brincadeira e a criação são mediadas quase que exclusivamente pelas tecnologias? A crise sanitária por nós vivenciada na atualidade

aprofundou e acelerou muito a “virtualização” das relações sociais, incluindo os processos formais de escolarização.

Importante ressaltar, que muitas ações populares foram realizadas, desde as cozinhas solidárias, as doações de alimentos, os aumentos dos plantios nos assentamentos e agricultura familiar, as formações de professores de forma remotas, as aulas, as reuniões, as atividades culturais entre tantas outras atividades virtuais passaram a fazer parte da rotina cotidiana e principalmente, da vida das crianças.

No embalo desse tempo assustador, o MST criou várias frentes de trabalho, uma delas foi com a infância Sem Terrinha, garantindo espaço de diálogo, cuidados, reflexões e ações concretas, de forma virtual, com os cuidados necessários para não afetar a saúde e garantir principalmente, a produção de alimentos saudáveis e o plantio de árvores.

Pensar na participação da criança de forma virtual, no contexto já mencionado, foi um desafio. Considerando a dificuldade de acesso à internet no campo brasileiro, a localização, os equipamentos possíveis (celular, computador, tablet...), que na maioria das vezes, foram tentativas sem muitas possibilidades de conclusão das atividades ou muitas vezes, se deslocando para a cidade para poder participar de atividades virtuais.

A luta pela terra e as crianças Sem Terrinha nos convidam a entender sua relação e construção de infância nos acampamentos e assentamentos de reforma agrária e o que essa luta e organização proporciona na formação e na vida das crianças camponesas, mesmo em tempos de pandemia. Do projeto de agricultura camponesa, na luta pela Reforma Agrária Popular que se contrapõe ao projeto de agricultura do agronegócio. O projeto do agronegócio se fortalece com as práticas destrutivas do capital, se apresentando como uma saída para a agricultura e divulgando uma imagem nos meios de comunicação hegemônicos de que no Brasil “tudo é agro”, maquiando o seu projeto destrutivo dos bens da natureza e a exploração humana.

Como exemplo das ações do agronegócio, trazemos o despejo das famílias do acampamento Quilombo Campo Grandeⁱⁱⁱ em Minas Gerais, no ano de 2020.

1) A crianças Sem Terrinha na luta e resistência - “Não tirem nossas casas”!

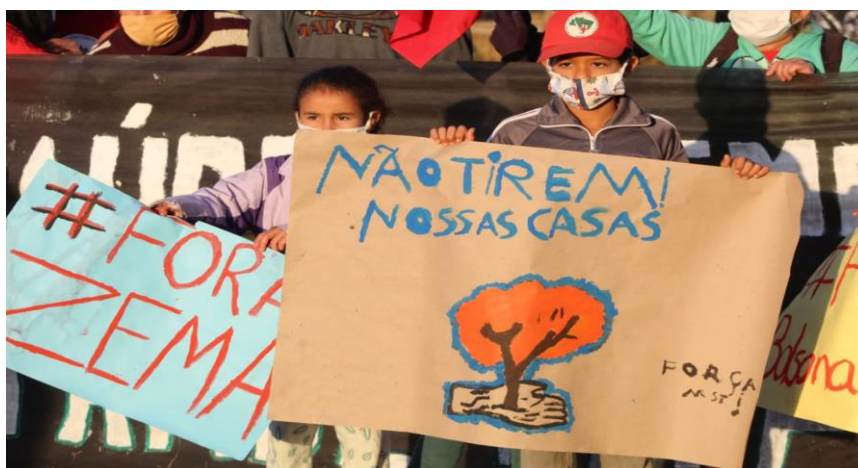


Foto: Coletivo de Comunicação do MST/MG.

A luta e a resistência é uma das características forte das famílias Sem Terra. Mesmo no período mais forte da pandemia e do avanço ultraconservador, o MST seguiu firme na produção de alimentos para compartilhar solidariamente e garantir as orientações para os cuidados necessários das famílias em suas comunidades. É visível que o projeto de agricultura capitalista se fortalece em governos ultraconservadores, no caso do Brasil, o agronegócio foi o que mais lucrou no período da pandemia, no governo de Jair Bolsonaro. Período de negacionismo em relação à vacina para covid 19, do aumento da população de rua e da fome no Brasil, um governo que atuou com práticas violentas e de destruição das políticas públicas, que são essenciais para as mudanças e melhorias sociais.

Foi um período de muitos despejos violentos no campo e na cidade. Uma das lutas do MST, foi a Campanha “Despejo Zero”, que em pleno período de isolamento social, com um quadro assustador de vidas ceifadas pelo coronavírus, o projeto capitalista atuou exatamente conforme suas regras em nome da propriedade privada. Trazemos aqui o despejo das famílias do acampamento Quilombo Campo Grande, no sul do estado de Minas Gerais, que na pandemia, as famílias foram violentamente retiradas de suas casas, com forças policiais e maquinários para destruição da produção e das casas. As famílias resistiram juntamente com as crianças, mas foram obrigadas a sair de suas raízes.



Foto: Coletivo de Comunicação do MST/MG.

A primeira estrutura destruída pelo projeto do agronegócio nessa ação foi a escola. Nada pode causar mais temor à burguesia do que seres humanos da classe trabalhadora pensantes. A educação e o direitos a escola para a classe trabalhadora no Brasil, historicamente foi com luta e no contexto atual, representa um espaço de disputa, de resistência na luta de classes desde a infância.

Da “pobreza de experiência” vivida pelas crianças Sem Terrinha, arrancadas de suas casas, de sua escola, da sua terra “a tenacidade tornou-se hoje privilégio de um pequeno grupo dos poderosos, que sabe se Deus não serem mais humanos...” (BENJAMIN. 2012, p. 124), pois nada pode causar mais indignação na sociedade do que ver seres humanos serem arrancados de seu território em nome do capital. Ver uma escola sendo destruída e as crianças e educadoras/es salvando os livros das máquinas que não pensam, que não sentem, mas são conduzidas por humanos, é revoltante! Ver as casas e as lavouras sendo destruídas por interesse de proprietários de terra e do governo ultraconservador, meros gerenciadores do projeto neoliberal é a barbárie vivida por mais de 40 mil famílias brasileiras do campo e da cidade, segundo o Mapeamento^{iv} Nacional de Conflitos pela Terras e Moradia.



Materiais e móveis da Escola Popular Eduardo Galeano / Cássio Diniz.

As profundas marcas da história da formação do povo brasileiro, são reafirmadas através dessas práticas colonizadoras, que segue em tempos presente, com violência para aqueles e aquelas que realmente querem produzir alimentos de verdade e representam a origem histórica do país.

As crianças das classes populares vivem e convivem no meio da conflitualidade social e estrutural que as colocam em vulnerabilidade, pobreza e violência. A globalização produz um imaginário de modernidade, no entanto, as práticas do passado são presentes e aprofundam as desigualdades e a extrema pobreza para a maioria da população do planeta.

Isto significa que a vivência da infância se encontra determinada pelas relações sociais hegemônicas, dependendo da classe social a qual pertence, constituindo-se em lugares distintos para as crianças das classes burguesa e trabalhadora. Essa cisão demarcada desde o capitalismo nascente, tomando novos contornos e roupagens na sociedade atual, e há uma extensa parcela das crianças da classe trabalhadora para qual o direito à infância é negado e/ou só é vivenciado por um processo de luta social



Foto: Coletivo de Comunicação do MST/MG.

Na dureza e na luta das crianças da classe trabalhadora, a luta pela terra e o projeto de reforma agrária no MST permite que as crianças do campo reinventem sua infância e sejam compreendidas como sujeitos coletivos, políticos e sociais. A coletividade as encoraja a construir a história do Movimento Sem Terra, numa perspectiva crítica, política, pedagógica e de luta, juntamente com as crianças.

CLUBINHO AGROECOLÓGICO SEM TERRINHA

A relação da criança Sem Terrinha com a terra conquistada e a valorização da natureza estão presentes na formação da infância. Na relação dialógica com o Sem Terrinha Ernesto de 7 anos, do estado do Rio de Janeiro, para a formação de professores do curso nacional virtual “Infâncias Inventadas”, a convite do Núcleo de Estudos de Filosofias e Infâncias da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NEFI/UERJ), coloca como desafio, pensar a criança e agroecologia, a produção da vida e as relações humanas.

Resistir ao mundo globalizado e valorizar a cultura popular, dando lugar à criação e ação da criança, ao em vez da mercadoria que torna a brincadeira puro entretenimento e consumo, é um elemento essencial na formação. A relação com o brincar e a produção da brincadeira e do brinquedo envolvem processos atravessados pelos conhecimentos da criança e a apropriação da mesma a partir de sua relação com a sociedade e “[...] não há dúvida que o brincar significa sempre libertação” da humanidade (BENJAMIN, 2002, p. 85). Sendo a brincadeira uma dimensão humana, não pode ser considerada uma ação exclusiva da criança. As crianças “[...]”

criam para si, brincando, o pequeno mundo próprio”, como sendo esse um momento essencial e necessário para o desenvolvimento social infantil (Idem, Idem).

Desta forma, em 2021, iniciamos no diálogo com o Sem Terrinha Ernesto morador do assentamento Roseli Nunes, que compartilhou seus sabres com as professoras e professores do curso virtual. O assentamento, localizado na região sul do estado do Rio de Janeiro, no meio rural, com condições precárias de estrada, bem como de infraestrutura geral, não tem escola e as crianças se deslocam com transporte escolar até o bairro próximo. Com os limites da conexão e sinal de internet, impossibilitaram uma presença virtual mais explícita do Sem Terrinha na formação.

Como forma de garantir sua participação criativa, Ernesto gravou vídeos juntamente com sua mãe, nos contando de sua vida no assentamento na pandemia, falando da sua realidade de Sem Terrinha e como essa vivência proporcionaram um repertório para sua formação.

Sobre a sua vida no assentamento e a relação com a terra, nos contou da saudade da escola, das amizades e das possibilidades que tem de saborear um pêssego colhido no pé, sem veneno. E ele nos levou para conhecer o seu “Clubinho do Sem Terrinha”, nos convocando primeiramente com a palavra de ordem “pátria livre - venceremos”, referência que faz parte do seu cotidiano, que está presente nas assembleias, reuniões, encontros do MST. Em seguida, no leva para uma plantação de frutas e a pastagem onde fica a criação de gado de sua família. Com muito domínio do seu lugar, nos mostra o lote do assentamento onde vive com sua família e nos conta: “aqui plantamos banana, pêssego, abacate, couve, morango...”. Com espontaneidade, em meio à apresentação no seu clubinho, canta a canção “arroz deu cacho e o feijão floreou, milho na palha coração cheio de amor”, canção que aprendeu nas atividades do MST. Nos conta também, que no lote tem animais, “tem vacas que dá o leite, tem os passarinhos - tucano, pica-pau, beija flor e tem capivara, e o seu cachorro”. Do pouco que foi possível apresentar, já podemos imaginar o quanto temos para aprender e conhecer com as crianças sobre os seus saberes em seus territórios.

Os processos de aprendizados e de conhecimentos adquiridos na relação com a produção da vida estão interligados ao fazer da produção da agricultura familiar, num processo de formação, que não tem como imposição a lógica capitalista, mas sim uma relação humana e emancipatória na formação da criança. A criação do clubinho do Ernesto, lugar interligado com a música, as plantas, os bichos a palavra de ordem é o seu lugar de imaginação e criação na luta

pela terra é a representação objetiva da importância do projeto de Reforma Agrária Popular na vida das crianças do campo.

As crianças Sem Terrinha estão na luta ativamente com seus familiares para terem o direito à terra como um lugar de vida, do cultivo e produção de alimentos saudáveis, assim como do trabalho para a produção da existência, sem exploração e da educação do campo. A condição da criança na luta pela terra no MST é significada pela resistência e pela existência de um projeto político de sociedade. Lutar e resistir são duas palavras irmãs, que não se separam no contexto da organização de classe e que dão sentido para a produção da existência na formação humana.

AS MOBILIZAÇÕES INFANTIS NO MST E OS ENCONTROS VIRTUAIS NO MST

As mobilizações infantis no MST referem-se à luta e à organização de crianças desde as suas comunidades. São crianças da classe trabalhadora camponesa e, culturalmente no Brasil, se mobilizam junto aos movimentos sociais populares na perspectiva de colocar suas pautas no projeto de sociedade.

As mobilizações no MST fazem parte de um processo de luta coletiva, histórica e que compõem uma motivação no trabalho de base que atua organizando diversas frentes: articulando e conscientizando famílias sem-terra do campo e da cidade para as ocupações do latifúndio; no debate em diferentes espaços na sociedade sobre a importância da luta pela reforma agrária e a produção de alimentos saudáveis; na organização pelo direito de ter escolas nas comunidades Sem Terra; na organização das crianças e os preparativos para as Jornadas Sem Terrinha no MST, etc. As mobilizações envolvem um conjunto de pessoas assentadas e acampadas, bem como apoiadores, amigos, órgãos governamentais e não governamentais, entre outros, e têm em suas dimensões educativas um movimento popular, de mudanças, de ações concretas para a transformação da realidade (RAMOS, 2021, pg. 50).

As mobilizações infantis no MST é o lugar de reafirmação e expressão das crianças e educadores na luta e no estudo por uma sociedade melhor, na exigência da realização da reforma agrária e do cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes do campo no Brasil.

As mobilizações infantis no MST têm em seu referencial a pedagogia socialista e a pedagogia do oprimido como fundamentos para a construção do projeto educativo da infância Sem Terra. No pensamento soviético, na organização do Movimento dos Pioneiros, articulado

pela juventude comunista, as crianças se mobilizavam, se colocavam em movimento para aprender lutar e construir a vida socialista a partir de uma prática coletiva. Na pedagogia do oprimido, a Educação Popular como um instrumento de luta do povo, proporciona a construção coletiva de alternativas e resistência ao projeto capitalista.

Foram as experiências de luta por escolas, das mobilizações e das Ciranda Infantis que fizera com que o MST tomasse a decisão de realizar o maior encontro de crianças camponesas do Brasil, no ano de 2018. Com 1200 crianças e 300 educadores, o 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha teve como lema: “Sem Terrinha em Movimento: brincar, sorrir e lutar por Reforma Agrária Popular”.



Foto: Arquivo do MST.

O 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha mobilizou crianças e educadoras/es e comunidades vinculadas aos assentamentos e acampamentos de reforma agrária no Brasil, bem como representações de crianças de outros movimentos e organizações sociais, como o Movimento Nacional Campesino Indígena – MNCI, da Argentina, o Centro da Criança e do Adolescente – CEDECA, o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, e articulações de crianças que enviaram saudações de outros países como Zâmbia, Cuba e Venezuela.



Foto: Crianças Sem Terrinha no MEC 2018^v. Arquivo MST

Em um longo processo de mobilização e organização das crianças desde as comunidades Sem Terra (acampamentos e assentamentos), em 2018, Brasília recebeu uma grande festa de crianças da reforma agrária. As crianças se manifestaram em frente ao Ministério da Educação – MEC reafirmando o lugar político e de direito das crianças camponesas. No manifesto construído coletivamente com as crianças Sem Terrinha, publicado no Jornal das Crianças Sem Terrinha – (JST, 2018, p. 1-2), elas reafirmaram que: “Somos crianças Sem Terrinha do MST! Somos filhos e filhas das famílias Sem Terra, moramos nos acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária. Junto com a nossa família, ocupamos terra para ter alimentos, casa para morar, lugar para brincar e ser feliz”.

O manifesto das crianças se posiciona politicamente desde o *direito de ser criança e ser feliz*, se reconhecendo na sua identidade política de Sem Terrinha e de origem camponesa. A luta pela terra é também a luta por melhores condições de vida no campo brasileiro e a conquista dela, significa a garantia de moradia e da produção da vida. Reafirmando que: “lutamos por nossos direitos, que não são cumpridos: nossas estradas são ruins e esburacadas; o transporte escolar sempre quebra e entra muita poeira; muitas escolas estão sendo fechados e outras, são longe de nossas casas;”. A luta das crianças se destaca por melhores condições de vida no campo e em especial o direito de ter escolas em suas comunidades, na defesa do território que

possibilita a produção de alimentos e que simboliza trabalho, comida e moradia, direitos básicos de uma sociedade.

As crianças Sem Terrinha, assim como Cauã, sabem o que é necessário para melhorar a vida no campo, elas vivenciam em suas realidades o descaso dos órgãos governamentais com a ausência das políticas públicas e por isso lutam com seus familiares e se posicionam como crianças da classe trabalhadora, “queremos que nossas escolas sejam bonitas e agradáveis, que tenham hortas, aulas de espanhol, biblioteca, música, dança, teatro, desenho, pinturas, que sejam seguras e boas de estudar”. As principais pautas das crianças do campo são a educação, cultura e esporte.

O movimento da luta e da organização coletiva educa, proporcionando que Cauã e tantas outras crianças Sem Terrinha tenham no projeto de infância a relação com o conhecimento, a educação atrelada à vida no campo e sua cultura. “Ser doutor e plantar feijão de corda” é um pensamento que transborda na realidade do campo que historicamente foi demarcada pela ausência da escola e tantos outros direitos. Uma afirmação da qual emerge a esperança da criança que com sete anos afirma o direito de ter conhecimento e continuar vivendo no campo.

Da luta pelo projeto coletivo de reforma agrária, que vem sendo construído na contra hegemonia e na dureza do conflito agrário, emerge uma concepção de infância que não se separa da vida material, da criança política e coletiva que vai concebendo em seu processo de formação a ideia de projeto maior, de comunidade e de país:

lutamos para garantir uma educação que faça parte da vida do campo, que nos respeite como crianças e que respeite as populações do campo e da cidade”. [...] lutamos por escolas; moradia digna; cooperativas; acesso a luz, água boa e encanada, posto de saúde também com tratamento natural; transporte escolar. (JST. 2018, p.1-2).

Lutar para as crianças Sem Terrinha é uma palavra de ordem, que desde que nascem ou entram no MST é a palavra mais expressiva e ouvida em suas comunidades.

Com a realização desse importante Encontro Nacional, com o objetivo de fortalecer o trabalho com as crianças do campo em suas comunidades, muitas ações e encontros regionais e estaduais foram realizados. Com a chegada da pandemia, os cuidados, o isolamento social, os medos e tantas questões que apareceram alternativas foram construídas para que as crianças não perdessem seu vínculo com o projeto de reforma agrária. Foram organizadas para garantir

a participação das crianças no MST atividades nos programas de rádios, desenhando na quarentena, as contações de histórias, os plantios de árvores – que fazem parte do Plano Nacional “Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis”^{vi}, lançado no início de 2020 com a meta de plantar 100 milhões de árvores em 10 ano, entre outras ações.

As condições dadas nesse tempo de pandemia, como já mencionado, são desiguais, além de obrigar as crianças e professores a realizar atividades de aulas remotas, as condições tecnológicas (aceso a internet, celular, computador), as exigências do poder público, não levam em considerações a vida humana. Para o MST, a melhor decisão teria sido a suspensão das aulas no ano de 2020, tanto pelo momento, quanto pelas condições tecnológicas que vivem as crianças do campo e das periferias nas cidades, bem como pelas condições psicológicas e profissionais das/dos docentes. Nessa direção, o MST lançou, em agosto de 2020, a campanha “Volta às aulas na pandemia é crime!”^{vii}. Para ilustrar a campanha, o MST elencou 10 razões para não voltar às aulas em tempos de pandemia:

1. Volta às aulas na pandemia é um atentado à vida humana;
2. Isolamento social na pandemia é vida preservada;
3. O trajeto escolar oferece riscos de contaminação;
4. A sala de aula aumenta a probabilidade de contágio;
5. Sem melhorias necessárias na infraestrutura das escolas não há segurança sanitária;
6. Sem profissionais da educação, não há educação;
7. Estudantes e professoras/es contaminados, famílias contaminadas;
8. O retorno às aulas pode contribuir para o colapso do SUS;
9. Aulas se recuperam, vidas não;
10. Educação é um direito de todos e todas. A vida em primeiro lugar! (MST, 2020).

Nesse tempo de negacionismo, e com muitas vidas ceifadas mundialmente, o MST segue mobilizando muitas atividades, desde a solidariedade entre a classe trabalhadora até o debate de temas que são fundamentais para entender, analisar e atuar na conjuntura atual. Entre os temas, a infância Sem Terra esteve presente em várias *lives* produzidas pelo Movimento, desde o debate com especialistas na área, do MST e amigos do MST, como também com a presença das crianças apresentando suas realidades cotidianas nos assentamentos e acampamentos, além de suas produções culturais. Em uma das lives, as crianças participaram de um encontro internacional com crianças do Chile, Peru, Argentina e Brasil, socializando a realidade das crianças na América Latina, na pandemia.

Nos anos de 2020, 2021 e 2022 a pandemia da covid-19 impossibilitou a realização dos encontros presenciais das crianças Sem Terrinha. No entanto, o Setor de Educação mobilizou, e o MST realizou, as assembleias virtuais das crianças Sem Terrinha, marcando presença no

mês de outubro, (de forma remota) o Dia das Crianças. A primeira assembleia virtual em 2020, teve como tema: “Sem Terrinha em Movimento: cultivando a vida”, contando com a participação de mais de 500 crianças de todo o Brasil e constituindo-se como uma festa cultural virtual. Foi a primeira atividade massiva virtual e nacional com crianças que o MST realizou. A assembleia de 2021, teve como tema: “Sem Terrinha em movimento, cultivando solidariedade”. E em 2022, as mobilizações foram articuladas através das escolas e a participação na assembleia virtual teve como tema: “Sem Terrinha em movimento: viva a democracia”, com a participação das crianças, organizadas desde as escolas. São momentos difíceis, mas necessários para manter viva a força da organização política e coletiva desde a infância.



Foto: Assembleia virtual 2022. Arquivo pessoal

As assembleias virtuais foram a forma encontrada para garantir o diálogo com as crianças em nível nacional, no período do isolamento social mantendo firme os princípios da luta pela terra no MST. A construção da educação política desde a infância movimenta e projeta um lugar que prepara o ser humano para a vida toda, que possibilita a formação crítica, dialética, organizativa e coletiva para a transformação social. Uma educação política que “ensine lutar e construir” numa perspectiva de uma sociedade de seres humanos livres desde a infância!

A concepção de infância no MST vai sendo gestada no movimento de resistência e luta pelo direito à educação pública, gratuita e de qualidade para os acampamentos e assentamentos.

Em um primeiro momento, fazendo a luta por escola no acampamento, onde as crianças aprendem que ter escola em suas comunidades é direito. Nessa perspectiva, num envolvimento de educadores, comunidades e crianças organizadas é que surge a luta por uma escola diferente – popular e construída pelo povo Sem Terra. Um projeto de educação e de escola do Movimento. Um segundo marco na história da infância e sua concepção foi a realização da primeira mobilização infantil no ano de 1994 no Rio Grande do Sul. Um acontecimento político que coloca as crianças em movimento em todo Brasil e proporciona a construção da identidade política da infância Sem Terra, como crianças Sem Terrinha. E o terceiro marco não aprofundado nesse estudo, mas que compõe a formação social, histórica e política da infância no MST, pautado junta na discussão de gênero, foi a construção da Ciranda Infantil no ano de 1997 que proporciona maior participação das mulheres Sem Terra na luta, demarcando a ocupação da infância no MST.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar sobre a infância na luta pela terra e no MST é um desafio para o conhecimento científico e, sobretudo, para os movimentos sociais populares. Neste artigo procuramos pensar as crianças como sujeitos sociais e coletivos no contexto da conflitualidade no campo, reconhecendo o processo de construção da história social e política da infância na luta pela terra no MST, desde a sua presença e participação no Movimento, compondo um repertório que forja sua identidade política, não sem as contradições da sociedade de classes. A possibilidade de participação ativa desde as vivências da ocupação da terra, na produção de alimentos, na luta por escola, na resistência de permanecer na terra ocupada reconhecendo-a como território de vida, existência e dignidade, da importância dada ao conhecimento produzido pela humanidade, como também, forma de resistência e direito.

As crianças Sem Terrinha são reconhecidas como sujeito coletivo, histórico e político dentro do projeto de Reforma Agrária Popular. Uma participação infantil que não se dá por decreto, mas como princípio da luta revolucionária reinventando a infância da classe trabalhadora do campo, na perspectiva da luta de classe. A experiência da prática educativa com as crianças no projeto de Reforma Agrária Popular, dá significado à Pedagogia do MST e as desafiam em não perder a perspectiva do coletivo, da luta social, da resistência na organização política desde a infância.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação. Editora 34, São Paulo, 2009

_____. Magia e Técnica, Arte e Política. Ensaios sobre a literatura e história da cultura. Ed. Brasiliense. São Paulo, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. História do menino que lia o mundo. Ed. Expressão Popular, São Paulo, 2014.

CONCRAB. O que levar em conta para a organização do assentamento. A discussão no acampamento. São Paulo, 2001.

DESMURGET, Michel. A fábrica de cretinos digitais. Os perigos das telas para nossas crianças. Ed. Vestígio, São Paulo, 2021.

GALEANO, Eduardo. De pernas pro ar. A escola do mundo ao avesso. L&PM POCKET, Porto Alegre, 2018.

JST – Jornal das Crianças Sem Terrinha, Manifesto das Crianças Sem Terrinha, Brasília, 2018.

MANCEBO, Deise. Contemporaneidade e efeitos de subjetivação. In: BOCK. (org.) Psicologia compromisso social. Ed. Cortez 2003

MOVIMENTO SEM TERRA. Educação Infantil. Movimento da vida, dança do aprender. Caderno de Educação nº12. 2004.

_____. Despejo no acampamento Quilombo Campo Grande (MG) acende alerta durante a pandemia. Disponível em: Despejo no acampamento Quilombo Campo Grande (MG) acende alerta durante a pandemia - MST, 2020.

POSTMAN, Neil. O desaparecimento da Infância. Tradução: Suzana Menescal de A. Carvalho e José Laurenio de Melho. Ed. Graphia. Rio de Janeiro, 2012

RAMOS, Márcia Mara. Infância do campo: uma análise do papel educativo da luta pela terra e suas implicações na formação das crianças Sem Terrinha do MST. (Tese em educação) UERJ/RJ, 2021.

REDONDO, Patrícia. Infancia(s) latinoamericana(s), uma deuda interna, um debate pendiente. In. MULLER, Verônica Regina. Crianças na América Latina: Histórias Culturais e Direitos. Ed. CRV. Curitiba/PR, 2015.

ROSSETTO, Edna Rodrigues Araújo. SILVA, Flavia Tereza. Ciranda Infantil. In Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo & FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). Dicionário da

Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SANTOS, José Vicente Tavares do. Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidade. Dossiê, Sociologia, Porto Alegre, 2012, ano 4, n° 8, Jul/dez 2002, p. 16-31.

TATEMOTO, Rafael. Crianças do MST entregam manifesto ao Ministério da Educação. Disponível em: Crianças do MST entregam manifesto ao Ministério da | Direitos Humanos (brasildefato.com.br Brasil e Fato, 2020).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. MST nossa marcha, nossa casa, nossa vida Alagoas. Ed. edUFAL, Maceió, 2011.

ZIBECHI, Raúl. Movimento sociais na América Latina. O “mundo outro” em movimento. Consequência, Rio de Janeiro, 2020.

NOTAS

ⁱ Acampamento Rosa Luxemburgo – Girau do Ponciano – AL. Livro – MST: Nossa marcha, nossa casa, nossa vida - Alagoas. UFAL, 2011

ⁱⁱ Disponível em: <https://mst.org.br/2023/03/27/ocupacao-nao-e-invasao/>.

ⁱⁱⁱ Disponível em: <https://mst.org.br/2020/08/19/despejo-no-acampamento-quilombo-campo-grande-mg-acende-alerta-durante-a-pandemia/>

^{iv} Disponível em: <https://mapa.despejozero.org.br>.

^v 1º Encontro Nacional das Crianças Sem Terrinha realizado em Brasília 2018. Leitura do Manifesto das crianças em frete ao Ministério da Educação - MEC. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/07/25/criancas-do-mst-entregam-manifesto-ao-ministerio-da-educacao>

^{vi} Disponível em: <https://mst.org.br/2020/02/07/100-milhoes-de-arvores-conheca-o-plano-nacional-de-plantio-do-mst/> Acesso em: abril de 2021.

^{vii} Disponível em: <https://mst.org.br/2020/10/21/10-razoes-para-nao-voltar-as-aulas-na-pandemia/> Acesso em: abril de 2021.